PAUTA
PARA A 131ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 28 DE SETEMBRO DE 2009

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 30, de 2009, de autoria do deputado Pedro Tobias. Acrescenta § 5º ao artigo 61 da Resolução nº 576, de 1970, e alterações posteriores.

2 - Projeto de lei nº 854, de 2009, de autoria do deputado Roberto Felício. Assegura aos integrantes do Quadro do Magistério e aos integrantes do Quadro de Apoio Escolar o fornecimento de protetor solar, quando em função de suas atividades estejam obrigados/as à exposição ao sol.

3 - Projeto de lei nº 855, de 2009, de autoria da deputada Maria Lúcia Prandi. Dá a denominação de "Ernesto Zwarg Júnior" à Estação Ecológica de Juréia-Itatins, na Capital.

4 - Projeto de lei nº 856, de 2009, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Assegura aos doadores de medula óssea o direito de pagamento de meia-entrada em eventos culturais, esportivos ou recreativos realizados no Estado.

5 - Projeto de lei nº 857, de 2009, de autoria dos deputados Jonas Donizette e Milton Leite Filho. Dá a denominação de "Professor Doutor José Aristodemo Pinotti" ao Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher - CAISM, da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp.

6 - Projeto de lei nº 858, de 2009, de autoria do deputado Edson Giriboni. Autoriza o Poder Executivo a criar unidades geriátricas com pessoal especializado nas áreas de Geriatria e Gerontologia social.

7 - Projeto de lei nº 859, de 2009, de autoria do deputado Edson Giriboni. Autoriza o Poder Executivo a construir e instalar uma unidade do Instituto de Reabilitação da Rede Lucy Montoro em Itapeva.

8 - Projeto de lei nº 860, de 2009, de autoria do deputado Edson Giriboni. Autoriza o Poder Executivo a construir e instalar uma unidade do Instituto de Reabilitação da Rede Lucy Montoro em Itapetininga.

9 - Projeto de lei nº 861, de 2009, de autoria do deputado Edson Ferrarini. Inclui no calendário turístico do Estado a festa de aniversário do bairro do Ipiranga.

10 - Projeto de lei nº 862, de 2009, de autoria do deputado Baleia Rossi. Obriga as escolas públicas e particulares, estádios de futebol, ginásios de esportes, rodoviárias, aeroportos, metrôs, prédios, teatros e arenas para a realização de espetáculos artísticos a oferecer gratuitamente álcool em gel antisséptico, toalhas e lenços descartáveis nos banheiros e demais instalações que exijam cuidados sanitários, como cozinhas, restaurantes e lanchonetes.

11 - Projeto de lei nº 863, de 2009, de autoria do deputado Hamilton Pereira. Declara de utilidade pública o "Círculo de Trabalhadores Cristãos de Sorocaba - Brigadeiro Tobias", em Sorocaba.

12 - Projeto de lei nº 864, de 2009, de autoria do deputado Marcos Zerbini. Declara de utilidade pública a "Irmandade São José de Novo Horizonte", em Novo Horizonte.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 847, de 2009, de autoria do deputado Antonio Salim Curiati. Inclui no calendário turístico do Estado a "Festa do Peão de Boiadeiro" de Salto Grande.

2 - Projeto de lei nº 848, de 2009, de autoria da deputada Célia Leão. Declara de utilidade pública a "Associação dos Amigos do POF - Posto de Orientação Familiar da Federação Israelita do Estado de São Paulo ", na Capital.

3 - Projeto de lei nº 849, de 2009, de autoria do deputado Vaz de Lima. Declara de utilidade pública a "Casa Evangélica de Recuperação ADONAI", em São José do Rio Preto.

4 - Projeto de lei nº 850, de 2009, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Inclui no calendário oficial do Estado o "Dia do Prêmio Paul Donovan Kigar".

5 - Projeto de lei nº 851, de 2009, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Dispõe sobre autorização para que os estabelecimentos particulares de ensino que oferecem somente educação infantil possam oferecer o primeiro ano do Ensino Fundamental de nove anos.

6 - Projeto de lei nº 852, de 2009, de autoria do deputado Roberto Engler. Declara de utilidade pública a "Associação de Valorização Integral do Deficiente Auditivo - AVIDA", em Bebedouro.

7 - Projeto de lei nº 853, de 2009, de autoria do deputado Roberto Engler. Declara de utilidade pública o "Núcleo de Apoio e Revalorização da Família - NAREFA", em Franca.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 34, de 2009, de autoria do Tribunal de Contas. Dispõe sobre a reserva de vagas em concursos públicos para portadores de deficiência no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

2 - Projeto de lei nº 840, de 2009, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Garante abono de falta ao trabalho dos pais e responsáveis por alunos matriculados em escolas públicas e privadas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, para participarem de reuniões oficializadas em calendário escolar.

3 - Projeto de lei nº 841, de 2009, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Isenta do pagamento de tarifa no transporte público intermunicipal todos os estudantes regularmente matriculados em instituições públicas ou privadas de ensino.

4 - Projeto de lei nº 842, de 2009, de autoria da deputada Ana Perugini. Dá denominação de "Luiz Antonio Neris" à passarela localizada no km 188,2 da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, em Jaú.

5 - Projeto de lei nº 843, de 2009, de autoria da deputada Ana Perugini. Declara de utilidade pública a "Instituição Assistencial e Educacional Shallon Adonai", em Hortolândia.

6 - Projeto de lei nº 844, de 2009, de autoria da deputada Ana Perugini. Declara de utilidade pública o "Centro Educacional Rebouças - CER", em Sumaré.

7 - Projeto de lei nº 845, de 2009, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Declara de utilidade pública a "Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Águas de Lindóia e Região", em Águas de Lindóia.

8 - Projeto de lei nº 846, de 2009, de autoria do deputado Said Mourad. Altera a Tabela III (dos Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas) anexa à Lei nº 11.331, de 2002.

4ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 29, de 2009, de autoria do deputado Vicente Cândido. Institui o Prêmio Paulo Freire de Qualidade do Ensino Estadual.

2 - Projeto de lei nº 839, de 2009, de autoria do deputado Vicente Cândido e outros. Declara de utilidade pública o "Cineclube Cauim", em Ribeirão Preto.

3 - Projeto de decreto legislativo nº 71, de 2009, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Susta a Resolução nº SSP-231, de 2009, que regulamenta as atividades de escolta de presos.

4 - Moção nº 79, de 2009, de autoria do deputado Fausto Figueira. Repudia o Projeto de Lei n° 3677, de 2008, em trâmite na Câmara dos Deputados, posto que esta propositura visa modificar a Lei nº 6538, de 1978, que regulamenta o monopólio postal, o que comprometerá a universalização dos serviços postais, assim como as ações de cunho social que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT tem realizado ao longo de sua existência.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 832, de 2009, de autoria do deputado Marco Porta. Autoriza o Poder Executivo a instalar academias de ginástica ao ar livre, em locais previamente dispostos e cujas áreas pertençam preferencialmente ao Estado.

2 - Projeto de lei nº 833, de 2009, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Dá a denominação de "Miguel Castarde" ao viaduto localizado no km 80 da Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto, em Cabreúva.

3 - Projeto de lei nº 834, de 2009, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Declara de utilidade pública o "Grupo de Voluntários de Combate ao Câncer",

em Mineiros do Tietê.

4 - Projeto de lei nº 835, de 2009, de autoria do deputado Rafael Silva. Declara de utilidade pública o "Lar São Vicente de Paulo - Paróquia do Divino Espírito Santo", em Serra Azul.

5 - Projeto de lei nº 836, de 2009, de autoria do deputado Baleia Rossi. Obriga as companhias telefônicas que operam no Estado a fornecerem às instituições policiais, imediatamente após a solicitação, a localização mais próxima possível de celular ou aparelho fixo utilizado para comunicar sequestros ou de propriedade da vítima.

6 - Projeto de lei nº 837, de 2009, de autoria do deputado Waldir Agnello. Obriga as operadoras de saúde no âmbito do Estado a aceitar como clientes portadores de deficiências fisicas ou intelectuais nas mesmas condições determinadas aos demais clientes.

7 - Projeto de lei nº 838, de 2009, de autoria do deputado Rafael Silva. Declara de utilidade pública a "Creche Maria do Carmo de Abreu Sodré ", em Jaboticabal.

Em pauta por 2 (duas) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 151 do Regimento Interno (Redação).

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 286, de 2008, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Cabo PM Antônio Ramos da Silva" à Base Operacional de Piraju. Parecer nº 1659, de 2009, da Comissão de Redação.

2 - Projeto de lei nº 435, de 2008, de autoria da deputada Rita Passos. Estabelece multa para a prática de trotes telefônicos dirigidos aos telefones do COPOM - Centro de Operações da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e do SAMU - Serviço de Atendimento Médico de Urgência. Parecer nº 1660, de 2009, da Comissão de Redação.

3 - Projeto de lei nº 464, de 2008, de autoria do deputado Luciano Batista. Dá a denominação de "Doutora Ruth Vilaça Correia Leite Cardoso" à Escola Técnica Estadual - ETEC de São Vicente. Parecer nº 1661, de 2009, da Comissão de Redação.

4 - Projeto de lei nº 544, de 2008, de autoria do deputado Baleia Rossi. Dá a denominação de "Vicente Sin" ao 3º Distrito Policial de Ribeirão Preto, naquele Município. Parecer nº 1662, de 2009, da Comissão de Redação.

5 - Projeto de lei nº 27, de 2009, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Dá a denominação de "Soldado PM Elias José de Souza" ao 40º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano -40º BPM/M, na Capital. Parecer nº 1663, de 2009, da Comissão de Redação.

6 - Projeto de lei nº 94, de 2009, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Domingos Leonardo Cerávolo" ao Hospital Regional de Base de Presidente Prudente. Parecer nº 1664, de 2009, da Comissão de Redação.

7 - Projeto de lei nº 124, de 2009, de autoria do deputado Carlinhos Almeida. Dá a denominação de "Moisés Manoel da Silva" ao Instituto Médico Legal de Guaratinguetá. Parecer nº 1665, de 2009, da Comissão de Redação.

8 - Moção nº 4, de 2009, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que encamine à Câmara dos Deputados projeto de lei destinado a promover modificações na Lei nº 7.210, de 1984, em especial de seus artigos 122 a 125, que dispõem sobre as saídas temporárias dos condenados que cumprem pena em regime semi-aberto. Parecer nº 1666, de 2009, da Comissão de Redação.

9 - Moção nº 9, de 2009, de autoria do deputado Otoniel Lima. Apela para os Srs. Presidente da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os Srs. Líderes Partidários, no sentido de empreenderem esforços necessários para que sejam votados os Projetos de Lei nº 1, de 2007; 3299, de 2008 e 4434, de 2008. Parecer nº 1667, de 2009, da Comissão de Redação.

10 - Moção nº 11, de 2009, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para os Srs. Presidente do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os Srs. líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei nº 4.230, de 2004, apensado aos Projetos nºs 6254/2005, 269/2007 e 1936/2007 - MSC 618/2007, que estabelece a remição de pena pelo estudo, seja aprovado. Parecer nº 1668, de 2009, da Comissão de Redação.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 253 do Regimento Interno (Reforma da Constituição).

1ª Sessão

Proposta de emenda nº 6, de 2009, à Constituição do Estado, de autoria do deputado Donisete Braga e outros. Inclui o artigo 145-A no título que trata dos municípios e regiões, visando regrar o processo para a alteração de denominação de municípios.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o parágrafo único do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 245, de 2008, de autoria do deputado Enio Tatto. Declara de utilidade pública a "Associação Núcleo Social Reluz-Reluz", na Capital.

2 - Projeto de lei nº 838, de 2008, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública o "Centro Oftalmológico Tadeu Cvintal", na Capital.

3 - Projeto de lei nº 42, de 2009, de autoria do deputado Alex Manente. Declara de utilidade pública a "Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais - Hospital Major Antonio Cândido", em Batatais.

4 - Projeto de lei nº 45, de 2009, de autoria do deputado Uebe Rezeck. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente das Costureiras de Nossa Senhora do Rosário", em Barretos.

5 - Projeto de lei nº 227, de 2009, de autoria do deputado Ed Thomas. Institui o "Dia Estadual do Voluntário da APAE".

6 - Projeto de lei nº 247, de 2009, de autoria do deputado Mozart Russomanno. Declara de utilidade pública o "Instituto Nacional de Defesa do Cidadão e do Consumidor", em Jundiaí.

7 - Projeto de lei nº 480, de 2009, de autoria do deputado Pedro Tobias. Declara de utilidade pública a "Associação Filantrópica Jesus Te Chama", em Cândido Mota.

8 - Projeto de lei nº 505, de 2009, de autoria do deputado Estevam Galvão. Declara de utilidade pública a "Fundação de Proteção à Criança Desamparada Lar Rosália", em Cafelândia.

9 - Projeto de lei nº 571, de 2009, de autoria do deputado Roberto Engler. Declara de utilidade pública a "Associação Rural dos Pequenos Produtores de Patrocínio Paulista", naquele Município.

10 - Moção nº 48, de 2008, de autoria da deputada Ana Perugini. Apela para os Srs. Presidentes da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que sejam revistos os valores das aposentadorias e pensões percebidas pelos segurados do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

11 - Moção nº 49, de 2008, de autoria da deputada Ana Perugini. Apela para os Srs. Presidentes da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que seja votado favoravelmente e sancionado o Projeto de Lei do Senado Federal nº 296, de 2003, que modifica a fórmula de cálculo dos benefícios da Previdência Social.

12 - Moção nº 14, de 2009, de autoria do deputado Roberto Massafera. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que adote providências no sentido de conceder aos aposentados o mesmo aumento concedido anualmente ao salário mínimo.

13 - Moção nº 23, de 2009, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine a elaboração de estudos e a adoção de providências que possibilitem o cumprimento do disposto no artigo 38 da Lei nº 10.741, de 2003, Estatuto do Idoso, no desenvolvimento dos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, em especial em relação ao programa Minha Casa, Minha Vida.

14 - Moção nº 24, de 2009, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Apela ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República a fim de que determine a realização de estudos e demais providências, com urgência, visando a prestação de auxílio aos dekasseguis que se encontram em situação de precariedade socioeconômica no Japão.

15 - Moção nº 32, de 2009, de autoria do deputado Raul Marcelo. Apela para os Srs. Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados no sentido de fazerem constar da Ordem do Dia e colocarem em votação, respectivamente, o Projeto de Lei nº 250, de 2005, e o Projeto de Lei Complementar nº 277, de 2005, para sua aprovação.

16 - Moção nº 33, de 2009, de autoria do deputado Hamilton Pereira. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados e para os Srs. Líderes Partidários a fim de que a Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2003, que altera o artigo 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social, seja apreciada e aprovada com a maior brevidade possível.

17 - Moção nº 49, de 2009, de autoria do deputado Eli Corrêa Filho. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, bem como para os Srs. Líderes Partidários, a fim de que seja aprovado o Projeto de Lei nº 3299, de 2008, extinguindo o fator previdenciário para que o salário de benefício (aposentadoria) volte a ser calculado de acordo com a média aritmética simples até o máximo dos últimos 36 (trinta e seis) salários de contribuição.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 84, de 2009, de autoria do deputado Uebe Rezeck. Dá a denominação de "Ary Athos Bottura" ao dispositivo de acesso ao Município de Toriba, localizado na Rodovia Brigadeiro Faria Lima - SP 326, altura do km 298, em Matão.

2 - Projeto de lei nº 119, de 2009, de autoria da deputada Analice Fernandes. Dá a denominação de "Cap. PM Dercio Lupiano de Assis" ao viaduto localizado no km 617 + 300m da Rodovia SP-320, em Três Fronteiras.

3 - Moção nº 50, de 2009, de autoria da Comissão de Transportes e Comunicações. Apela para o Sr. Governador do Estado a fim de que determine que o CONFAZ promova análise da questão e celebre convênio para a isenção do ICMS na aquisição de veículos por pessoas com deficiência, nas mesmas condições previstas pela Lei Federal nº 10.690, de 2003.

3ª Sessão

1 - Moção nº 89, de 2001, de autoria do deputado Valdomiro Lopes. Apela para o Sr. Presidente da República no sentido de desvincular os produtores brasileiros de café do Plano de Retenção, contribuindo assim para o aumento da exportação do produto.

2 - Moção nº 121, de 2001, de autoria do deputado Rodolfo Costa e Silva. Apela para o Sr. Presidente da República fim de solicitar à Comunidade Européia e ao Governo da Holanda, onde o Grupo SHELL tem sede, o seu empenho para cobrarem dessa empresa as atitudes, que especifica, para reparar os danos causados aos moradores do Bairro Recanto dos Pássaros, em Paulínia.

3 - Moção nº 136, de 2001, de autoria do deputado Wagner Lino. Apela para o Sr. Presidente da República a fim manter sua posição de neutralidade militar e negar a participação em ação bélica contra um país ou um povo, para preservar a própria segurança dos brasileiros de todas as etnias, credos e convicções políticas que escolheram este como seu país.

4 - Moção nº 163, de 2001, de autoria do deputado Milton Flávio. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de utilizar todos os mecanismos de que dispõe para que o Governo dos Estados Unidos da América venha a determinar o fim do bloqueio econômico, comercial e financeiro contra Cuba.

5 - Moção nº 39, de 2002, de autoria do deputado Edson Aparecido. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de Reconhecer o Genocídio Armênio, perpetrado pelos turcos em 1915.

6 - Moção nº 46, de 2002, de autoria do deputado Newton Brandão. Apela para o Sr. Presidente da Republica a fim de posicionar o Brasil favoravelmente à inclusão de Taiwan como observador na Organização Mundial da Saúde OMS.

7 - Moção nº 27, de 2003, de autoria do deputado Renato Simões. Apela ao Sr. Presidente da República a fim de determine as providências diplomáticas necessárias no sentido de interceder, junto ao governo dos Estados Unidos, pelo cancelamento das prisões arbitrárias de René González Sehweret, Gerardo Hernández Nordelo, Antonio Guerrero Rodríguez, Ramón Labañino Salazar e Fernando González Llort, garantindo-se desta forma o pleno restabelecimento dos diretos humanos fundamentais aos cinco cubanos.

8 - Moção nº 56, de 2003, de autoria do deputado Marcelo Candido. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de promover, através do Ministério das Relações Exteriores e do Itamaraty, iniciativas nos organismos internacionais com vistas à condenação dos Estados Unidos da América e seus eventuais aliados em razão da invasão do Iraque e dos delitos internacionais decorrentes desse ato.

9 - Moção nº 129, de 2003, de autoria do deputado Wagner Salustiano. Manifesta repúdio à possibilidade de envio de observador da ONU para inspecionar o Poder Judiciário do Brasil e apela para os Srs. Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal a fim de não aceitarem a sugerida inspeção internacional.

10 - Moção nº 66, de 2008, de autoria da Comissão de Direitos Humanos. Apela para os Srs. Presidentes da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e para os líderes partidários no Congresso Nacional no sentido de não conceder isenções tarifárias a todo e qualquer produto produzido ou originário dos territórios e assentamentos considerados ilegais pela Corte Internacional de Justiça.

11 - Moção nº 84, de 2008, de autoria do deputado André Soares. Apela para o Sr. Presidente da República para que, por intermédio do Ministro das Relações Exteriores, intervenha junto ao governo japonês com a finalidade de promover a revisão do prazo de concessão do visto daquele país, ampliando o período de validade para que este seja considerado de longa duração, de modo a facilitar e melhorar as relações econômicas e culturais entre os dois países.